



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**Processo Licitatório nº: 291/2020**

**Processo SEI nº: 19.16.3900.0025494/2020-56**

**Objeto:** Fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de segurança eletrônica para as sedes do Ministério Público, incluindo instalação e manutenção de novas centrais de alarmes e configuração.

**Impugnante:** S.E.S. SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA.

## **DECISÃO ADMINISTRATIVA**

### **1 – RELATÓRIO**

A empresa S.E.S. Sistemas Eletrônicos Ltda., CNPJ 02.883.253/0001-86, apresentou, tempestivamente, impugnação ao edital do processo licitatório em epígrafe, por meio da qual pugna por alterações no instrumento convocatório, em virtude de sua discordância com algumas exigências, de cunho técnico-operacional, dispostas no edital.

Em síntese, a impugnante ataca o prazo de execução dos serviços, alegando que esse se mostra exíguo, e com isso estaria favorecendo, ainda que de maneira não intencional, o atual prestador de serviços.

É o breve relato do necessário.

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a requerente baseou seu pedido em um grande equívoco na interpretação do edital, pois o trecho por ela destacado, com o qual baseou sua fundamentação, em nenhum momento fala de prazo de conclusão dos serviços, vejamos:

(...)

“Para a execução dos serviços de instalação das centrais de alarme, a CONTRATANTE emitirá uma Ordem de Serviço. Após recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 dias úteis para encaminhar o nome e a documentação dos técnicos que farão a instalação com dia e horário do início dos serviços, e o prazo máximo de 05 dias úteis para início das instalações.” (grifei)

Feito esse destaque, passamos à análise da peça aviada, tentando retratar de maneira simples e objetiva a nossa compreensão do ocorrido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

No intuito de se observar a garantia constitucional do direito de petição, bem como o dever legal atribuído à Administração Pública de controlar internamente seus atos, passamos a analisar as questões argüidas pela impugnante, com vistas a resguardar a ampla competitividade, a isonomia, a publicidade e a transparência do certame em questão.

Por se tratar de matéria de natureza técnico-operacional enviamos o pedido ao setor solicitante, a Diretoria de Segurança, que após análise da peça aviada, manifestou da seguinte forma:

(...)

“Primeiramente urge destacar que **não há a intenção de privilegiar** qualquer concorrente, **todos seguirão em igualdade de condições**, uma vez que o edital é transparente tanto em seu termo de referência, como no caderno de especificações técnicas. (grifei)

Observamos que os prazos consignados no edital em referência não comprometem a execução contratual, tampouco a lisura do processo. Isso porque, dentre outras questões, o termo de referência e o caderno de especificações técnicas foram previamente submetidos a empresas do ramo na fase da consulta de preços, para subsidiar mapa de valores que norteiam o certame em curso, e não houve qualquer objeção em relação aos prazos contratuais. **A impugnante, inclusive, foi consultada e não apresentou orçamento.** (grifei)

No que se refere ao ponto nevrálgico destacado pela impugnante, prazo de execução dos serviços, o termo de referência menciona no item 13 que a Contratada, após receber a Ordem de Serviço, terá o prazo de 5 dias úteis para início das instalações, não se tratando de prazo para a finalização das atividades, de forma que a alegação da impugnante está equivocada. (grifei)

Aliás, a peça impugnativa não apresentou nenhum indicativo da adequação do prazo pugnado, não restaram demonstradas as razões pelas quais o prazo mínimo de 30 (trinta) dias seria mais adequado. (grifei)

Ademais, insta salientar que, entre a homologação do certame, a assinatura do contrato e o início dos serviços, teremos prazo considerável. Neste ponto, importante mencionar que o item 19 do termo de referência apresenta deveres que a Contratante e a Contratada observarão em momento prévio às emissões das ordens de serviço, a saber: (grifei)

a) **Reunião de alinhamento em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato;** (grifei)

b) Esta reunião terá com objetivos: identificar expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no termo de referência e esclarecer dúvidas inerentes à infraestrutura da contratante;

c) Contratante e Contratada ajustarão cronograma de atividades da instalação para, só então, dar início à emissão das ordens de serviço, quando prazo de 5 dias (úteis) para início passará a contar, pois a realidade de cada local de instalação é única, sendo necessário alinhar prioridades e equacionar o acompanhamento ostensivo que deverá ser realizado pelos fiscais do contrato. (grifei)

Pelas informações colacionadas acima, verificamos que a Contratante abre espaço para que seja traçado cronograma junto à Contratada, a fim de que se efetive o planejamento adequado das instalações em tempo razoável.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

mesmo porque cada etapa contará com prazo adequado à consecução do escopo (assinatura do contrato + reunião de alinhamento + cronograma de atividades + emissão das ordens de serviço + 5 dias para início das atividades).  
(grifei)

Diante de todo o exposto, verificamos que a alegação da impugnante não prospera e atestamos a exequibilidade do objeto contratual.

É o que nos cabia informar.”

Após leitura da manifestação do setor solicitante e responsável pela execução e acompanhamento dos serviços, onde podemos destacar, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de prazo para início dos serviços, ficamos ainda mais convencidos do erro de interpretação das exigências editalícias, por parte da impugnante.

Diante desse convencimento, destacamos que o edital não estipula, de forma taxativa, um prazo para a execução dos serviços, deixando a cargo da Contratante e Contratada, em conjunto, decidirem, tecnicamente, esse lapso temporal.

Como dessa decisão que definirá os prazos de execução, participará a Contratante e a futura Contratada, não me parece plausível cogitar favorecimento de nenhuma espécie, visto que todos os licitantes conhecem os termos do edital, e a ele terão que se submeter.

Assim como, não me parece sensata a alegação de que o edital estabelece cláusulas impertinentes e sem amparo técnico, visto que a razoabilidade e o equilíbrio foram a tônica dessa licitação.

Quanto à sugestão da impugnante de se fixar um prazo de 30 dias para a execução dos serviços, a Diretoria de Segurança, em análise da peça aviada, não viu nenhum conteúdo técnico, uma vez que esse setor entende que a forma definida no edital se apresenta como a mais razoável e a de maiores chances de êxito.

### **3 – CONCLUSÃO**

Em face do exposto, considerando que a reivindicação da Impugnante foi atendida, não há que se falar em alteração do edital.

Por conseguinte, diante das exposições elencadas, julgamos **IMPROCEDENTE** a impugnação apresentada, mantendo irretocados os termos editalícios impugnados.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.

**Sebastião Nobre da Silva**

Pregoeiro